

MAL DE ARQUIVO NO ANTROPOCENO: ECOMEMÓRIA ESPECULATIVA

ARCHIVE FEVER IN THE ANTHROPOCENE: SPECULATIVE ECOMEMORY

Sonia Torres¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: O sentimento de “fim” (da história, do tempo, da narrativa) resultante do corte epistemológico ocorrido na modernidade tardia, entendido como o fim da era das grandes narrativas formadoras da modernidade ocidental, dá lugar a um sentimento de perda – ontológica, mnemônica, ideológica e ambiental. Tais perdas nos levam a ter o olhar crescentemente voltado (ainda que com trepidação) para o futuro. Em meu artigo, argumento que, dentro desse processo, a memória passa a fazer parte do que Castree (2013) denomina “semântica antecipatória” – um exercício de buscar respostas, através da especulação, para a virada antropogênica do planeta. O Antropoceno afeta os objetos da memória, a escala das lembranças e o humanismo subjacente aos estudos da memória. Dentro dessa dimensão e escala, opto por introduzir, juntamente com estudiosos como Crownshaw (2017) e Colebrook (2017), a noção de memória planetária. A memória planetária é caracterizada pelo Antropoceno e, por extensão, por inscrições deixadas pela atuação humana. Vivemos num momento em que o cultural se encontra tão imbricado no natural que qualquer noção do registro objetivo da Terra, sem interferência humana, não se sustenta. Eis o desafio arquivístico: a própria história da ciência não escapa às narrativas culturais, já amalgamadas à história da própria Terra. Há uma vertente da ficção eco-especulativa merecedora de atenção, que lança mão de um artifício mediador, que chamarei de “arconte do futuro”, cuja narrativa relembra nosso momento presente pela perspectiva futura – em geral distópica, pós-humana e marcada por mudanças climáticas intensas. Vale ouvir o que ele tem a nos dizer.

Palavras-chave: memória planetária; Antropoceno; eco-especulação.

Abstract: The “end” (of history, time, narrative) as the zeitgeist resulting from the epistemological rupture brought about by the decline of the grand narratives that defined Western modernity, gave way to a feeling of (ontological, mnemonic, ideological, and environmental) loss. These losses have led us to gaze increasingly (albeit with trepidation) toward the future. In my article I argue that, within this process, memory has become what Castree (2013) refers to as “anticipatory semantics” – an exercise of searching for answers to the anthropogenic turn through speculation. The Anthropocene affects memory objects, the scale of remembrance, and the underlying humanism in memory studies. Within this dimension and scale, I have opted for introducing, along with other scholars, such as Crownshaw (2017) and (Colebrook (2017), the notion of planetary memory. Planetary memory is characterized by the Anthropocene and, by extension, inscriptions left by human activity. We live at a moment in which the cultural is so imbricated in the natural that any notion of objectively registering Earth,

¹ Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa (UFRJ/SDSU), Doutorado em Literatura Comparada (UFRJ/UCSD) e Pós-doutorado na UNIRIO e no PACC/UFRJ. Foi Rockefeller Fellow (2002) como Professora Visitante na Universidade de Iowa. Professora Titular do Instituto de Letras da UFF; atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura. Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq com o projeto “Sobrevivendo ao mundo em ruínas: resiliência e liberdade no Antropoceno”. E-mail: sonia_torres@id.uf.br.

without human interference, is untenable. Such is the archivist challenge: Even the History of Science cannot escape cultural narratives, so amalgamated are they to Earth itself. There is a stream of eco-speculative fiction deserving our attention, that deploys a mediating artifice, which I will call the “archon of the future”, whose narratives recalls our present moment through a future perspective – usually dystopic, posthuman, and marked by intense climatic changes. It is worth listening to what he has to tell us.

Keywords: planetary memory; the Anthropocene; eco-speculation.

Submetido em 19 de setembro de 2020.

Aprovado em 20 de setembro de 2020.

Perhaps it is time to remember the future, rather than only worry about the future of memory (HUYSSSEN, 2000a, p. 38).

O futuro da memória: os medos e as perdas

No ensaio “Travelling Memory”, a pesquisadora e fundadora da plataforma Frankfurt Memory Studies² Astrid Erll distingue duas fases dos estudos sobre memória cultural no século 20: o trabalho pioneiro de pesquisadores como Maurice Halbwachs (1925), que desenvolveu o conceito de memória coletiva; e a publicação do mega-projeto *Lieux de mémoire*, de Pierre Nora (1984-1992), que lança mão do conceito de estado-nação como quadro referencial primário da memória.

As lembranças, segundo Halbwachs, são formadas por contextos coletivos (família, religião, profissão etc.), que ele descreveu como “quadros de referência” sociais da memória. Para Halbwachs (1990) o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; ou seja, a memória é sempre construída em grupo; mas é, ao mesmo tempo, um trabalho do sujeito. Por extensão, podemos entender esse processo como um trabalho de construção de identidades, tanto individuais como coletivas.

O projeto de Nora, por sua vez, está inscrito numa narrativa de entropia e perda, em face das quais a memória cultural da nação precisa ser ‘preservada’, através de lugares da memória, sejam individuais, familiares, comunitários ou nacionais – na forma de álbuns de música ou fotografia, livros, praças, monumentos ou comemorações. Assim, para Nora, o que chamamos de memória, na contemporaneidade, é, na verdade,

² Cf. <http://www.memorystudies-frankfurt.com/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

o “estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (NORA, 1993, p. 15). A partir dessa constatação, podemos compreender a criação das instituições de memórias como parte integrante da preservação da identidade cultural e social.

Cabe mencionar, ainda, o antropólogo Joël Candau, que também trata a identidade como intrinsecamente ligada à memória. Candau, em certa medida, refina o conceito de memória coletiva de Halbwachs, ao propor três tipos de memória: a protomemória (individual, ela age só no corpo), a memória propriamente dita (evocação ou recordação voluntária) e a metamemória (que se refere à memória coletiva, a única que pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória). Em finais dos anos 1990, Candau estabelecia distinção entre “memória forte” e “memória fraca”, definindo a primeira como uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda” (CANDAUI, 2011, p. 44), que organiza o sentido; ao passo que a segunda não possuiria contornos bem definidos, seria difusa e superficial e, por isso, menos passível de ser compartilhada. Segundo o autor, esse tipo de memória corre o risco de ser desorganizador de sentido e contribuir para a desnaturalização de um grupo. A distinção entre uma e outra, então, residiria no fato de a memória forte se caracterizar pela capacidade de estruturar os grupos humanos. Nesse sentido, a memória forte seria estruturante de identidade, capaz de organizar sentido naquilo que o autor denomina “retórica holística”. Contudo, tal retórica pode ser associada ao que comumente denominamos “grandes narrativas”, problematizando a noção de memória forte, por seu ímpeto totalizante.

Podemos depreender, a partir dos estudos citados acima, que, tendo em vista seu processo de construção social, a memória é tida como elemento essencial para a construção da identidade. Para Pollak (1992, p. 204),

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

É exatamente o sentimento de continuidade e coerência de que fala Pollak, acima, que se encontra abalado. E é (da falta ou perda) dele que passarei a tratar.

Para tanto, volto ao texto de Erll, com o qual abro este ensaio, e onde ela indaga se o modelo de memória cultural estabelecido a partir de meados de 1980 ainda daria

conta das questões do século 21. Como tratar dessas questões com as ferramentas metodológicas surgidas a partir dos ‘novos’ estudos da memória dos anos 1980-1990, como parte do movimento mais abrangente de reconfiguração do campo das humanidades como estudos de cultura? (cf. ERLI, 2011, p. 6) Cabe considerarmos, a contrapelo das concepções de memória esboçadas acima (sobretudo na esteira de Nora, que privilegia o estudo da memória nacional), que ‘velhas’ formas mnemônicas podem ser usadas para dar sentido a novas experiências, possivelmente mas não necessariamente limitadas geograficamente. Deslocadas e descoladas de detalhes contextuais originais, figuras da memória tendem a perder sua configuração original. Andreas Huyssen (2003, p. 99) aponta para o potencial empoderador da ressemantização de eventos históricos originalmente vinculados a grupos ou geografias específicas – por exemplo, quando ele descreve a importância da lembrança do Holocausto para o trabalho da Comissão da Verdade e Reconciliação, da África do Sul. Assim, a argumentação de Erll vem ao encontro das observações de Huyssen, na medida em que ela assinala a necessidade de se levarem em conta os movimentos multidimensionais da memória, em que a chamada memória cultural implica mais do que lembrança, e muito mais do que lembranças nacionais. Envolve conhecimento, repertórios de histórias e roteiros, memória implícita, aspectos corporais e esquecimento. (cf. ERLI, 2011, p. 14) Inspirando-se na conhecida metáfora antropológica de James Clifford (1997, p. 17-46) “*traveling cultures*”, a autora argumenta que as memórias, assim como as culturas (agora ambas no plural), não são estáticas; são, antes, constituídas através do movimento: “Estamos lidando, portanto, não tanto (e talvez nem metaforicamente) com ‘lugares’ da memória, os *lieux de mémoire*, mas, ao invés, com as ‘viagens’ da memória, *les voyages* ou *les mouvements de mémoire*.” (ERLI, 2011, p. 11)³. Na movência transcultural da memória, perdem-se, reprimem-se, silenciam-se ou censuram-se alguns elementos. Erll propõe uma abordagem aos estudos da memória que se afastem de lugares da memória, para interessarem-se por uma dinâmica mnemônica atenta aos processos mundiais e às dimensões da lembrança/esquecimento. Portanto, é possível se perceber, a partir da virada do século 21, que os estudos da memória já se encontram descolados do

³ Trad. livre. *What we are dealing with, therefore, is not so much (and perhaps not even metaphorically) ‘sites’ of memory, lieux de mémoire, but rather the ‘travels’ of memory, les voyages or les mouvements de mémoire.*

nacionalismo metodológico que caracterizou os anos 1980-1990, para conceber a memória em termos transnacionais, transculturais ou globais (cf. ASSMAN e CONRAD, 2010; GUTMAN et al, 2010; CROWNSHAW, 2011). Assim, seria, sugere Erll, a terceira fase dos estudos da memória.

Eu acrescentaria à dimensão de enfraquecimento ou perda da memória o *medo* de perda da memória que nos acomete na modernidade tardia. Se a debilidade da memória se origina da gradativa transformação dos grupos, e de seus quadros sociais de memória (HALBWACHS, 1925) que sustentam as memórias fortes (CANDAU, 2011) e as grandes narrativas, vemos que o sentimento de “fim” (fim da história, fim do tempo, fim da narrativa) resultante do corte epistemológico ocorrido na modernidade tardia, entendido como o fim da era das grandes narrativas formadoras da modernidade ocidental – a redenção judaico-cristã, a libertação revolucionária, o progresso iluminista –, dá lugar a um sentimento de perda.

Em finais do século passado, Huyssen alertava para a centralidade crescente do tema da memória, e como ele permearia as mais diversas áreas acadêmicas. Como assinalam as organizadoras, em sua Apresentação ao livro *Em torno da memória: conceitos e relações* (GONZÁLEZ; COSER, 2017)⁴, a coleção de ensaios de Andreas Huyssen (2000b), publicada no Brasil sob o título *Seduzidos pela memória*, aponta para como o tema da memória passou a impactar os mais diferentes campos de estudos. Huyssen liga o interesse crescente pela memória a nossa crescente inabilidade para imaginar o futuro – dificuldade que pode ser atribuída, por sua vez, à dissolução efetiva das grandes narrativas que haviam dado suporte ao pensamento utópico do século 20. Assim, a “sedução pela memória” veio no bojo do medo do “fim da história” (cf. FUKUYAMA, 1992). Uma das características da modernidade tardia é, certamente, a falta de entusiasmo em relação ao futuro que tínhamos na alta modernidade. As imagens futuristas do passado têm um ar retrô, e mesmo irreal, no presente.⁵ Contudo, é inegável, no mundo pós-grandes narrativas, marcado pela perda ontológica, mnemônica,

⁴ A proposta do livro, idealizada pelo GT da ANPOLL “Relações Literárias Interamericanas”, foi de elaborar um glossário ou livro de conceitos que servisse como material de consulta para pesquisadores, tendo a memória como objeto.

⁵ Para ficarmos com apenas um exemplo de como as projeções do futuro são, hoje, retrô, basta lembrarmos (para quem se lembra) do desenho animado *The Jetsons*. A suposta representação de como seria o cotidiano – além de não passar de uma projeção da família branca, de classe média, estadunidense – imagina um futuro aparentemente sem comunidades étnicas, sem diásporas, sem refugiados, sem mistura cultural...enfim, muito longe do espaço da multidão, onde predomina a mistura e os enfrentamentos de um *Bladerunner*.

ideológica e ambiental, o olhar voltado (ainda que com trepidação) para o futuro. Obras como *Archaeologies of the Future*, de Fredric Jameson (2005), e *The Future as Cultural Fact*, de Arjun Appadurai (2013), pontuam essa virada. Da mesma forma, cerca de dez anos depois das observações de Huyssen, a palavra “futuro” começou a pipocar aqui e ali em pesquisas sobre memória. Cito *Memory and the Future* (GUTMAN et al., 2010) e *The Future of Memory* (CROWNSHAW et al., 2010) – sugerindo que a exortação com que Huyssen (2000a, p. 38) encerra seu artigo “Present Pasts”, usada acima como epígrafe – “Talvez esteja na hora de lembrar do futuro, em vez de nos preocuparmos com o futuro da memória” –, tenha, finalmente, encontrado ressonância.

A memória do futuro: o arquivo e as narrativas eco-especulativas

Por mais paradoxal que pareça, o futuro e a memória são inextricáveis, posto que relembremos, construímos arquivos, com a mirada para o futuro. Nas ficções especulativas, a arena do imaginário é fundada na premissa de uma memória no futuro, frequentemente com uma função premonitória e de aviso sobre o evento no nosso presente que afetou o futuro sendo narrado – o que “terá acontecido” – marcando o vínculo entre futuro e passado. No âmbito da literatura e do cinema, vários autores voltam-se para as narrativas futuroológicas ou a ficção especulativa, que projetam um futuro frequentemente distópico – refletindo os anseios representados pelo medo de perda do arquivo. As distopias futuristas são tradicionalmente lidas como alertas sobre um futuro sombrio. No entanto, os futuros imaginados nessas obras frequentemente expressam os anseios de nosso próprio presente. Jameson reorienta a própria história para o futuro, quando escreve que o impacto da narrativa futuroológica está no fato de nos enxergamos como o passado (i.e., a memória coletiva) daquele futuro sendo narrado

[...] seus múltiplos futuros simulados têm a função bastante diferente de transformar nosso próprio presente num passado determinado de algo ainda por vir. É esse momento presente [...] que, ao retornarmos das construções imaginárias da FC, nos é oferecido, na forma de um futuro remoto do passado do mundo, póstumo e coletivamente lembrado. (JAMESON, 2005, p. 288, grifos meus)⁶.

⁶ Trad. Livre de [...] *its multiple mock futures serve the quite different function of transforming our own present into the determinate past of something yet to come. It is this present moment [...] that upon our return from the imaginary constructs of SF is offered to us in the form of some future world's remote past, as if posthumous and as though collectively remembered.*

É importante registrar, ainda, o diálogo da ciência ambiental com a memória; e de ambas com a literatura. Em conformidade com esta observação, vemos que grande parte da ficção especulativa produzida na atualidade se desenrola em cenários futuros caracterizados pelo colapso socioeconômico e ecológico – frequentemente representando desastre ou catástrofe, escassez, contágio e contaminação (muitas vezes, todos ao mesmo tempo). Podem ser histórias de resiliência ou adaptação climática ou ecológica; ou de resistência de grupos contra corporocracias gananciosas. Mas todas encenam memórias culturais do Antropoceno, de eventos que estão se desenrolando no momento histórico da produção e consumo dessas obras, nos levando a questionar o papel da ciência, da tecnologia e do mercado nos eventos atuais que levarão a situações limite. São obras que iluminam diferentes imaginários sobre a natureza e a relação antropos-Terra, mas grande parte delas imagina antro-po-cenas futuras que dramatizam o momento fatal em que a força antropogênica chega ao limite, “[a]o ponto de virada em que o pano-de-fundo da ação humana, aparentemente lenta e eterna, transforma-se com uma velocidade que só pode significar desastre para os seres humanos”. (CHAKRABARTY, 2009, p. 205)⁷ A ficção especulativa, através da representação de situações limite como catástrofes naturais, epidemias, mutações genéticas etc., nos convida a imaginar o momento de risco quando a “antecipação da catástrofe” (BECK, 2007, p. 7) se transforma em perigo e catástrofe de fato – o que é geralmente representado de forma (pós)apocalíptica. Nesse sentido, trata-se de um gênero, ou modo de narrar, que nos ajuda a experimentar, através da imaginação, a força geopolítica que é o humano, projetado como memória futura.

Cabe ressaltar que o conceito de Antropoceno perdeu seu pertencimento exclusivo às geociências, à medida que outras disciplinas e áreas de estudo e atuação dele se apropriaram. Identificado, primeiramente, por cientistas (cf. CRUTZEN e STOERMER, 2000; tb. ZALASIEWICZ, 2008), para nomear uma nova era geológica em que a dinâmica do planeta é influenciada pela atividade humana coletiva, o Antropoceno passou a ser uma palavra-chave para inspirar o que Castree (2013) denomina “semântica antecipatória” – ou seja, um exercício de buscar respostas, através da especulação, para o que podemos denominar dilema antropogênico, o atual momento na história da humanidade em que sentimos o peso da insegurança ambiental e social. Nesse sentido, o conceito passa a funcionar dentro de um

⁷ Trad. livre de [...] *a tipping point at which this slow and apparently timeless backdrop for human actions transforms itself with a speed that can only spell disaster for human beings.*”

quadro de referências transcontextual, através do qual diferentes disciplinas podem engajar-se na crítica ambiental, mas também social, política e discursiva. Ao mesmo tempo, a memória passa a ser estudada sob a lente da ciência, e não apenas das humanidades e ciências sociais.

O Antropoceno afeta os objetos da memória, a escala das lembranças e o humanismo subjacente aos estudos da memória. Dentro dessa dimensão e escala, opto por introduzir, juntamente com estudiosos como Crownshaw (2017) e Colebrook (2017), a noção de memória planetária. A memória planetária é caracterizada pelo Antropoceno e, por extensão, por inscrições deixadas pela atuação humana. Vivemos num momento em que o cultural se encontra tão imbricado no natural que qualquer noção do registro objetivo da Terra, sem interferência humana, não se sustenta. Eis o desafio arquivístico: a própria história da ciência não escapa às narrativas culturais, já amalgamadas à história da própria Terra – não como “era” ou “substrato”, mas como extensão geológica da atividade humana.

O Antropoceno muda radicalmente os parâmetros dos estudos da memória. Mesmo os estudos dedicados às dimensões transnacionais e transculturais da memória, propostos por Erll, e expostas por mim, acima, podem ser inseridos no nicho “memória cosmopolita”, mais identificado com estudos de globalização (cf. BOND, 2017, p. 860). Bond (2017, p. 860) acredita ser de maior rendimento adotar uma perspectiva mais próxima do que Nixon (2011, p. 39) chama de “memória socioambiental”. A memória planetária é constituída a partir do que chamarei de “quadro referencial antropogênico” – i.e., a história do humano e do geológico dentro de um contexto de tempo profundo. Na literatura especulativa, vemos representações da articulação entre, por um lado, inscrições humanas na Terra; e, por outro, as memórias culturais das etiologias de seus desdobramentos (socioambiental). As ecomemórias especulativas teriam, então, função mediadora entre as duas memórias, a cultural e a planetária.

Nesse sentido (seguindo as pistas de Latour, 2014), o conceito de Antropoceno deve ser entendido num contexto em que o mundo se tornou um vasto laboratório, onde múltiplos atores geológicos e futuros múltiplos (embora incertos) são possíveis. Nesse contexto, observamos o impulso rumo a uma nova práxis, tanto prática quanto estética. São necessárias novas ferramentas, para acessarmos os arquivos do laboratório em que estamos inseridos.

O arquivo planetário e seus arcontes

O ponto de origem da história planetária que podemos marcar como sendo o início do Antropoceno ainda é alvo de contenda. Algumas datas sugeridas incluem a invenção da máquina a vapor, por James Watts, em 1784, a emissão de radiação provocada por testes nucleares, na década de 1950, e até mesmo o início das atividades agrícolas, há mais de dez mil anos. A busca pela origem do Antropoceno sinaliza a crença na história humana como estrato, como depósito passível de rastreamento. O fato é que o Antropoceno é, ao mesmo tempo, traço, inscrição, registro, cicatriz, arquivo... Todas as palavras que remetem tanto à memória quanto ao esquecimento: memória imortal do ser humano enquanto estrato do registro geológico maior do planeta; e arquivo ameaçado de apagamento.

A perspectiva fornecida pelo arquivo futuro será vital para a compreensão de nossa época. Como ficará registrado o impacto do ser humano como arquivo ou memória, na narrativa maior da Terra? Qual será nosso legado derradeiro? De devastação e (auto)destruição sem retorno, ou de adaptação e resiliência? Quem (ou o quê) guardará (narrará?) o arquivo dessa memória coletiva? Emprego o conceito de memória coletiva intencionalmente (e problematicamente), pois, como nos lembra Claire Colebrook (2017, p. 1021), embora o Antropoceno diga respeito a uma parcela da humanidade envolvida com a história de agricultura intensiva, industrialização, consumo de combustível fóssil, alteração da biomassa e poluição, a alteração da composição terrestre no nível do biosistema afetará toda a humanidade.

Pensar no Antropoceno é reconhecer que a reconfiguração do planeta se dará, a um mesmo tempo, pela interferência do ser humano (com seu passado industrial, nuclear, colonizador e saqueador) e por futuros dramaticamente expandidos. Se nos pareceria, então, que o Antropoceno é uma expansão ou dilação da memória, que nos leva para além das formas de inscrição de autoria humana e de eventos com intenção humana, em direção a uma ‘memória’ em que teremos sido um agente de uma mudança de era somente reconhecida por nós após o evento. (COLEBROOK, 2017, p. 507)⁸.

Desde já nos deparamos com a vulnerabilidade do arquivo. Em *Mal de arquivo*, Derrida (2001, p. 35), ao discutir a lógica e a semântica do arquivo, percebe-o como

⁸ Trad. livre. *To think about the Anthropocene is to acknowledge both a human-caused reconfiguration of the planet (by way of an industrial, nuclear, colonizing, and plundering past) and dramatically expanded futures. It would seem then that the Anthropocene is an expansion or dilation of memory taking us beyond those forms of inscription authored by humans, and events intended by humans, and towards a ‘memory’ where we will have been an agent in an epochal shift that we only recognized after the event.*

uma infinidade de camadas superpostas – nos remetendo, no contexto do arquivo do Antropoceno, às várias camadas geológicas da Terra. Assim, o espectro da vida humana como apenas mais uma camada no registro geológico nos ronda, causando inquietude. Como observa Colebrook (2014, p. 24), a premissa do próprio conceito de Antropoceno é de que haverá um tempo, após o fim da humanidade, quando, por conta de nosso impacto profundo no planeta, nossa existência será percebida como um estrato geológico distinto⁹: “...postular o Antropoceno depende de olharmos para o nosso próprio mundo, imaginando como será quando ele tiver se tornado passado”. (COLEBROOK, 2014, p. 24)¹⁰ Então, em última instância, o arquivo traz uma indecidibilidade, que é a própria possibilidade de ele não vir a ser ‘lido’. Se viermos a nos tornar mero ‘evento geológico’, em que espaços ficará inscrita nossa memória? Eis o ponto de encontro entre a vertente geológica e vertente geopolítica da narrativa – um arquivo em que fique registrada a memória da presença humana, com seus ‘picos de progresso’, a partir da revolução industrial, que trouxe a ascendência de ideias como segurança, prosperidade, liberdade às custas da instrumentalização da natureza e a partir do desenvolvimento de uma economia ‘moderna’ de carbono e energia fóssil. (cf. CHAKABARTY, 2009)

Mas Derrida aponta ainda para dois outros termos ligados aos arquivos (*arkhê*): *arkhêion* – a residência dos magistrados, local onde os documentos oficiais (como as leis) eram guardados; e *archon*, o magistrado, aquele que detinha o poder arcôntico, de “procedimento e precedência”, na interpretação das leis. Derrida define, assim, o surgimento dos arquivos atrelando-o ao caráter inegavelmente político que os permeia: “Para serem assim guardados, [...] eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização. [...] Foi assim, nesta domiciliação, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram. [...]” (DERRIDA, 2001, p.13) Eis o ponto de encontro entre a vertente geopolítica e a vertente cultural da narrativa – Se viermos a sobreviver como espécie, a quem caberá narrar as profundas mudanças ecológicas ocorridas por conta de nossa interferência no planeta? Haverá arcontes no futuro?

⁹ Remeto o leitor à matéria “Plástico produzido por humanos vai virar camada geológica, diz estudo”, de Rachel Nuwer (*NYT*). *Folha de São Paulo* [online], Cad. Ciência, 05/08/2014. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/08/1495261-plastico-produzido-por-humanos-vai- virar-camada-geologica-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2020.

¹⁰ Trad. Livre de [...] *the positing of the anthropocene era relies on looking at our own world and imagining it as it will be when it has become the past.*

Haverá um domicílio para esses arquivos? Ou cai por terra nossa imaginada relação íntima entre humanidade e narrativa?

Quer a memória planetária do futuro seja representada como de extinção iminente de nossa espécie, quer como de resiliência, adaptação e sustentabilidade, na ficção eco-especulativa podemos imaginar o arconte como tendo o papel de nos preparar para nos reconciliarmos com nossa finitude como espécie biológica; ou de guardar a vida humana, incutindo a consciência da importância da atuação e responsabilidade no humano do presente – uma ética para o futuro, por assim dizer. Há uma vertente da eco-especulação que lança mão de um artifício mediador, através da introdução de um arconte historiador ou cientista cuja narrativa relembra nosso momento presente pela perspectiva futura – em geral distópica, pós-humana e marcada por mudanças climáticas intensas.

Digno de nota nesse gênero de memória antecipatória é que o deslizamento para o terreno da especulação vem frequentemente atrelado ao deslizamento entre os campos de estudos. Como explicam Naomi Oreskes e Erik Conway (2014), na Introdução a sua obra *The Collapse of Western Civilization*,

[o]s escritores de ficção científica constroem um futuro imaginário; os historiadores buscam reconstruir o passado. Ao fim e ao cabo, ambos estão buscando compreender o presente. Neste ensaio, mesclamos os dois gêneros, visando a imaginar um historiador no futuro, com a mirada para o passado que é nosso presente e (possível) futuro. (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. ix)¹¹.

The Collapse of Western Civilization é uma ficção configurada como um ensaio escrito por um historiador vivendo na China, no ano 2393. Sua missão de arconte é passar em revista três séculos de arquivos do conhecimento Ocidental, com vistas a entender por que nossa civilização não reagiu às mudanças climáticas a tempo, escolhendo ignorar as evidências; e por quê as tentativas de comunicação, por parte da comunidade científica, fracassaram de forma tão retumbante –

A ocasião é o tricentenário do fim da cultura ocidental (1540-2093); o dilema sendo tratado é como nós – os filhos do Iluminismo – deixamos de agir, em face de informação robusta sobre a mudança climática e do conhecimento acerca de

¹¹ Trad. livre. *Science fiction writers construct an imaginary future; historians attempt to reconstruct the past. Ultimately, both are seeking to understand the present. In this essay, we blend the two genres to imagine a future historian looking back on a past that is our present and (possible) future.*

acontecimentos nocivos prestes a serem desencadeados. (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. ix)¹².

O historiador do futuro narra o declínio e a queda do Ocidente – que culmina ao final do Período da Penumbra (1988-2093) –, recordando séculos de tormentos, como enchentes, secas, pandemias, levantes e tumultos, migração massiva e o fim da humanidade em dois continentes (África e Austrália). Os arquivos desse guardião da memória contam, ainda, com mapas dos Países Baixos, Bangladesh, Nova York e Flórida, demonstrando como, no ano, 2300, essas regiões foram submersas, com a subida do nível do mar. Mas talvez o mais interessante seja como ele busca uma explicação para essa tragédia humana, e termina por atribuí-la à segunda Era das Trevas que se abate sobre a civilização ocidental, na forma de ignorância e negacionismo. O glossário de termos arcaicos, anexado ao final de sua narrativa, descreve o Período da Penumbra da seguinte forma:

A sombra do anti-intelectualismo que recaiu sobre as nações outrora iluminadas e tecnocientíficas do mundo ocidental, durante a segunda metade do século vinte, as impediu de agir baseadas no conhecimento científico disponível à época, condenando seus sucessores à inundação e desertificação dos séculos 21 e 22. (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. 59-60)¹³.

Cabe lembrar que o ano de 1988, citado pelo arconte do futuro como marcando o início do Período Penumbral, é paradigmático, pois foi o ano da criação do IPCC (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE)¹⁴, no âmbito da Organização das Nações Unidas. O objetivo do IPCC, que hoje conta com 195 países inscritos e reúne inúmeros pesquisadores da comunidade científica internacional, é produzir conhecimento científico sobre o aquecimento global e elaborar avaliações e estratégias para enfrentar os impactos da mudança climática. O IPCC gozou de pouca visibilidade, até 2007, quando foi publicado seu Quarto Relatório de Avaliação (AR4), que, ao chamar a atenção para a gravidade da mudança climática, causou grande impacto na comunidade global. Organizações auto-intituladas “céticos do clima”

¹² Trad. livre. *The occasion is the tercentenary of the end of Western culture (1540–2093); the dilemma being addressed is how we – the children of the Enlightenment – failed to act on robust information about climate change and knowledge of the damaging events that were about to unfold.*

¹³ Trad. livre. *The shadow of anti-intellectualism that fell over the once-Enlightened techno-scientific nations of the Western world during the second half of the twentieth century, preventing them from acting on the scientific knowledge available at the time and condemning their successors to the inundation and desertification of the late twenty-first and twenty-second centuries.*

¹⁴ Cf. Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

(também conhecidos como negacionistas) não tardaram a se manifestar, e o negacionismo passou a ter projeção crescente¹⁵.

Os “mercadores da dúvida” começaram a agir nos anos 1990, quando se consolidavam as pesquisas sobre o papel do dióxido de carbono e outros gases de origem humana no agravamento do efeito estufa. O termo empregado acima é tradução de *Merchants of Doubt*, título do livro sobre o negacionismo climático, também de autoria de Naomi Oreskes e Erik M. Conway (2010)¹⁶. Tal corrente ideológica anti-ciência (que inclui, frequentemente, movimentos anti-vacina e até terraplanistas) ignora, convenientemente, o consenso que confirma o aquecimento climático, entre mais de 97% dos especialistas em clima.¹⁷ Mas o consenso incomoda vários setores: as empresas de petróleo, o agronegócio, o garimpo, a indústria madeireira... Com vistas a minar o consenso científico, essas empresas passaram a adotar a estratégia de semear a dúvida, mascarando o consenso entre climatologistas em “controvérsia”.

Nesse sentido, o arquivo de nosso presente que se desenrola no futuro imaginado de *The Collapse of Western Civilization* sugere um possível enfraquecimento entre conhecimento e poder, em face de uma indústria de negacionismo potente, alimentada pela lógica do mercado. Essa observação pode ser corroborada quando o historiador discute correntes filosóficas do passado, e revisita o baconianismo:

Essa filosofia postulava que, através da experiência, da observação e da experimentação, podia-se juntar conhecimento confiável acerca do mundo natural, e que tal conhecimento *traria poder a quem o tivesse*. A experiência justificava a primeira parte dessa filosofia (já recontamos aqui como os cientistas do século 20 previam as consequências da mudança climática), mas a segunda parte – sobre o conhecimento traduzir-se em poder – mostrou-se menos acurada. Apesar de terem sido gastos bilhões de dólares em pesquisa climática, durante o final do século 20 e início do século 21, o conhecimento resultante teve pouco impacto sobre as políticas econômicas e tecnológicas cruciais que impulsionaram o emprego de combustíveis fósseis. (ORESKEs e CONWAY, 2014, p. 35-36 – grifos meus)¹⁸.

¹⁵ Cf. o blog Skeptical Science.

¹⁶ A obra, inclusive, inspirou um documentário homônimo. Cf. *Merchants of Doubt*, dir. Robert Kenner, 2014.

¹⁷ No levantamento realizado em 2019, James Powell (2019) concluiu que, dentre os mais de 11 mil artigos científicos publicados sobre mudança climática entre janeiro e julho de 2019, não havia um único sequer que contestasse que o planeta está ficando mais quente por causa dos gases de efeito estufa lançados na atmosfera por atividades humanas.

¹⁸ Trad. livre *This philosophy held that through experience, observation, and experiment, one could gather reliable knowledge about the natural world, and that this knowledge would empower its holder. Experience justified the first part of the philosophy (we have recounted how twentieth-century scientists anticipated the consequences of climate change), but the second part – that this knowledge would translate into power – proved less accurate. Although billions of dollars were spent on climate research*

Assim, em vez de ter-se o conhecimento como poder, tem-se o negacionismo no poder.¹⁹ O peso do fundamentalismo de mercado (também conhecido como neoliberalismo), no qual boa parte da sociedade ocidental tinha uma fé quase religiosa (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. 37) foi esmagador e, em 2025, levou à condenação e prisão de vários cientistas, considerados ‘alarmistas’, nos EUA, através do National Stability Protection Act, por estarem, alegadamente, ameaçando a segurança e bem-estar do povo, com seus alardes, e supostamente impedindo o desenvolvimento econômico necessário para lidar com a mudança climática. A censura aos cientistas demonstra a força da ditadura do mercado e o tamanho da ganância pelo lucro, traduzidos pelo historiador como “hostilidade neoliberal pelo planejamento e uma crença excessivamente confiante no poder dos mercados de responder aos problemas sociais, à medida que aparecessem”. (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. 46)²⁰ Tal hostilidade pode ser relacionada à forte tendência à neoliberalização, a partir de finais dos anos 1980, quando a política climática passa a ressignificar o aquecimento global, antes tido como ameaça à vida humana e agora visto como ameaça para o crescimento econômico. (cf. HARVEY, 2005; OELS, 2005). Ou seja, subjacente a essa política encontra-se a desregulamentação, i.e., o ato de retirar do controle ou da proteção do estado aspectos relativos ao meio-ambiente, subsumindo a natureza à iniciativa privada, tornando-a, assim, refém dos investidores. (cf. HARVEY, 2005)

As perdas sociais, culturais, econômicas e demográficas, a partir de meados do século 20, foram as maiores jamais registradas na história humana, segundo os registros guardados pelo arconte. Os artistas foram os primeiros a notar a tendência a ignorar os sinais, lembra ele – como o compositor canadense, Leonard Cohen, que escreveu “*We asked for signs. The signs were sent*” (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. 45), ou o artista transdisciplinar Dario Robleto, cujas peças, lembrando relicários, feitas de

in the late twentieth and early twenty-first centuries, the resulting knowledge had little impact on the crucial economic and technological policies that drove the continued use of fossil fuels.

¹⁹ Há, evidentemente, a ampla discussão de Foucault (2004; 2007) sobre a relação íntima entre saber e poder, que não cabe no escopo deste trabalho. O conceito de poder está sendo empregado aqui conforme sua definição mais geral; i.e., por um lado, a capacidade de se impor um modelo de pensamento ou episteme a determinado grupo social; e, por outro, a possibilidade de agir, de produzir efeitos ou resistências. Segundo Bobbio (1995, p. 933), o poder pode ser entendido, entre outras definições, como “poder social”. Este tipo de poder diz respeito à relação que se estabelece entre indivíduos ou grupo sociais. Dentro destas relações, os indivíduos são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos do poder social.

²⁰ Trad. Livre de [...] *neoliberal hostility toward planning and an overconfident belief in the power of markets to respond to social problems as they arose.*

materiais inesperados – discos de vinil derretidos, ossos de dinossauros, meteoritos, vidro produzido por explosões atômicas –, formam um inventário, em camadas, do passado coletivo da humanidade.²¹ Mas talvez o mais interessante sejam as aspas empregadas pelo historiador, quando menciona a “ficção” científica de nosso presente – “A mais duradora obra literária dessa época é a celebrada trilogia de ‘ficção’ científica de Kim Stanley Robinson [...]”²² (ORESQUES e CONWAY, 2014, p. 13)

Ao entremear os avisos dos cientistas com a semântica antecipatória dos artistas, esse arconte póstumo constrói uma memória que não nos deixa esquecer que a arte é profética. Mas para quem o arconte espera preservar o mundo permanece uma incógnita. Para qual humanidade do (seu?) presente ele faz sua “paleoanálise da síntese do fracasso”²³?

Em *Há mundo por vir?*, Danowski e Viveiros de Castro (2014) cotejam diferentes imagens do fim do mundo, em narrativas de tribos das primeiras nações americanas. De um lado, a desapareição do humano como restituição do mundo; e, de outro, um futuro em que tudo se tornará ‘humano’ –

[...] seja porque o mundo terá sido diminuído ou aniquilado por um colapso ambiental [...], seja porque o mundo terá sido transmutado e absorvido pela humanidade como espécie triunfante, a qual se retranscende, mediante proezas de antropro-engenharia, em uma sublime entidade pós-humana à altura desse futuro de abstração, complexidade, globalidade e tecnologia. (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 86).

É digna de nota a correlação entre o aviso que nos chega, através do arconte do futuro, o chinês na obra de Oreskes e Conway, e a ‘presciência’ nas mitologias ameríndias, que assumem uma inquietante concretude ecológica – ou, nas palavras de Latour (2013a, p. 455), um “[r]etorno gradual às antigas cosmologias e às suas inquietudes, ao nos darmos conta, subitamente, de que não são assim tão infundadas.”²⁴ É com essa convergência que vamos caminhando para as considerações finais...

²¹ Remeto o leitor interessado na arte instigante de Robleto à sua página na galeria online Artsy: <<https://www.artsy.net/artist/dario-robleto>>.

²² Trad. Livre. *The most enduring literary work of this time is the celebrated science “fiction” trilogy by an American writer Kim Stanley Robinson – Forty Signs of Rain, Fifty Degrees Below, and Sixty Days and Counting.*

²³ De acordo com a entrada no glossário de termos arcaicos: *synthetic-failure paleoanalysis* - *The discipline of understanding past failure, specifically by understanding the interactions (or synthesis) of social, physical, and biological systems.*

²⁴ Trad. livre. *A gradual return to the ancient cosmologies and their anxieties, as we suddenly notice that they were not all that ill founded [sic].*

O desabamento do céu: memórias dos fins

There is no common world, and yet it has to be composed, nonetheless.
(LATOURE, 2014, p. 12).

Em *Jamais fomos modernos*, Latour (1994) argumenta que a ‘unificação’ do mundo ocorreu a partir da projeção de uma imagem da natureza universal realizada pelos modernos, que parte do pressuposto de que, diferentemente das demais culturas ‘primitivas’, cuja representação da natureza era simbólica, eles tinham o domínio sobre a natureza “... tal como ela é, ou pelo menos tal como ela é conhecida pelas ciências ...” (LATOURE, 1994, p. 96). Essa construção de um discurso científico foi uma das formas de o colonizador exercer poder sobre o colonizado, excluindo-o da modernidade. Sabemos, ao mesmo tempo, que, a partir da Revolução Industrial, o avanço científico gerou um discurso de modernidade através do qual a cultura eurocêntrica construiu sua superioridade em relação às culturas não europeias, e que o discurso da superioridade tecnológica continua sendo empregado para justificar o domínio sobre outras nações, em nossa época de neoimperialismo e capitalismo global.

Caímos, de novo, no binômio conhecimento/poder, pois é a partir do momento em que passamos a entender melhor as forças postas em marcha pela modernidade que podemos problematizar como o discurso científico passa a gozar de status privilegiado, apagando outras formas de conhecimento:

Se os ocidentais houvessem apenas feito comércio ou conquistado, pilhado e escravizado, não seriam muito diferentes dos outros comerciantes e conquistadores. Mas não, inventaram a ciência, esta atividade em tudo distinta da conquista e do comércio, da política e da moral. (LATOURE, 1994, p. 97).

Ironicamente, a julgar pelo arconte futuroológico da narrativa de Oreskes e Conway, na modernidade tardia a hegemonia do discurso científico cai por terra, dando lugar a discursos anti-científicos e fundamentalistas e à neoliberalização da natureza. O que nos traz ao desabamento do céu.

Viveiros de Castro (2014, p. 104-105) nos conta que os Yanomami associam as atividades garimpeiras (e demais tipos de exploração) em seu território ao enfraquecimento e apodrecimento da camada terrestre, bem como à liberação de exalações patogênicas que disseminam epidemias e extinções biológicas. Eles preveem

o desencadeamento de uma vingança sobrenatural contra a ignorância dos Brancos, com terríveis secas e inundações em diversos pontos do planeta, e seremos todos aniquilados. Em seu livro *A queda do céu*, o xamã (versão ameríndia da figura do *archon*) David Kopenawa admoesta a civilização que sufoca o “mundo floresta” (natureza), em sua vertigem eco-suicida. Admite ser possível, contudo, que daqui a muito tempo, outra humanidade sobrevenha, mas os atuais “Branco comedores de terra” irão desaparecer juntamente com os indígenas. (cf. KOPENAWA e ALBERT, p. 334).

É impossível ignorar o paralelismo entre sua narrativa e a do historiador chinês – ambos não-ocidentais, ambos arcontes, ambos narrando o fim da civilização ocidental. A regra, nas memórias ameríndias dos fins, são os apocalipses periódicos, ou cíclicos. Mas quando os apocalipses se cruzam, na narrativa de Kopenawa e outros arcontes, com informações sobre a catástrofe climática em curso – a dessincronização dos ritmos sazonais e dos ciclos hidrológicos, a destruição violenta de biomas, pelos programas de ‘aceleração do crescimento’ promovidos por nações reféns do capitalismo global –, agora somada à penetração (de longa data, mas atualmente em ritmo frenético) das escatologias apocalípticas disseminadas pelas seitas ‘missionárias’ evangélico-fundamentalistas, nos damos conta que “[a] revolução já aconteceu...os eventos com que temos que lidar não estão no futuro, mas em grande parte no passado [...] O que quer que façamos, a ameaça permanecerá conosco por séculos, ou milênios”. (Latour 2013b: 109).

Como bem nos lembra Isabelle Stengers (2015), vivemos no tempo da catástrofe. Como fazer resistência à barbárie por vir? As narrativas dos arcontes apresentadas aqui sugerem a urgência de uma prática cosmopolítica, conforme proposta por Stengers (2018): o reconhecimento de que talvez não conheçamos todos os mundos possíveis – mundos em que atuam humanos outros (e, quiçá, outros que não humanos), com outras epistemes (e, quiçá, ontologias). Isso implica pararmos de pensar em ‘humano’ como a evolução do ser primitivo para o homem (e o emprego do gênero é proposital) dotado da razão ocidental e, a partir de tal reconhecimento, buscar convergências, sem hierarquias, sem subsumir outras ontologias e epistemes ao projeto da razão ocidental, segundo a qual os seres ‘naturais’ seriam incapazes de atuação ou intencionalidade e os humanos (culturais) seriam os únicos dotados de subjetividade e razão e, portanto, os únicos capazes de fazer política e de integrar uma sociedade.

O conceito de cosmopolítica surge, na verdade, como crítica ou problematização do cosmopolitismo. O problema com o cosmopolitismo é assumir que o que ‘somos’ é unificado, um mundo único, quando, na realidade, habitamos um pluriverso. Este pluriverso requer uma cosmopolítica – que, no sentido proposto por Stengers, e também por Latour (2014), está relacionada ao reconhecimento do direito político de outras culturas habitarem outros cosmos que não aquele governado ou mapeado pela ciência moderna, ou em que apenas o mundo ordenado pelo capital é considerado o “mundo real”.²⁵ Enfim, um mundo

onde cada um estaria apto e pronto para ver “com os olhos do outro”, [que] se funda naquilo que deve ser aceito por todos: não mais em um interesse geral sempre discutível, mas em um argumento de peso que constitui a urgência por excelência, a sobrevida da própria humanidade. (STENGERS, 2018, p. 463).

É difícil evocarmos uma imagem de “um mundo sem nós”, em que a vida segue e de onde estamos ausentes. Trata-se de um pensamento encapsulado na noção da excepcionalidade humana. O arquivo do antropoceno pode ser entendido como uma narrativa com duas vertentes: uma em que a humanidade narra o início de seu próprio fim; e outra que narra as tentativas de sustar, controlar ou mesmo de ignorar o fim. Quem terá controle sobre o fim? O fim será para todos? O antropoceno expõe a violência inscrita nessa ‘memória coletiva’ planetária desde sempre desumana, porque desigual, em sua suposta ‘humanidade’.

Referências

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (yanomami). In _____ e Ramos, A. (orgs.) *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 239-270.

APPADURAI, A. *The Future as Cultural Fact: Essays on the global condition*. London: Verso, 2013.

ASSMAN, A.; CONRAD, S., eds. *Memory in a Global Age: Discourses, practices and trajectories*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010.

BECK, U. *World at Risk*. Cambridge: Polity Press, 2007.

²⁵ Não será acidental o título do ensaio de Bruce Albert (2002), “O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (yanomami)”.

- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- BOND, L. et al. Planetary Memory in Contemporary American Fiction. *Textual Practice*, v. 31, n. 5, p. 853-866, 2017.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTREE, N. Representing the Anthropocene: Who Will Get to Speak for Everything and How? Jon Murdoch Memorial Lecture. Geography and Planning, Cardiff University. Publicado em 30 out. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ks3nGYTVIY>. Acesso em 23 jun. 2019.
- CHAKRABARTY, D. The Climate of History: Four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 197-222, (Winter) 2009.
- CLIFFORD, J. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, 1997.
- COLEBROOK, C. The Time of Planetary Memory. *Textual Practice*, v. 31, n. 5, p. 1017-1024, 2017.
- _____. *Death of the Posthuman*. Essays on extinction, v. 1. Anne Arbor, Michigan: Open Humanities Press, 2014.
- CROWNSHAW, R. Climate Change Fiction and the Future of Memory. *Resilience: A Journal of the Environmental Humanities*, v. 4, n. 2-3, p. 127-146, 2017.
- _____.ed. *Transcultural Memory*. *Parallax* (Special issue), v. 17, n. 4, 2011.
- _____. et al, eds. *The Future of Memory*. New York; Oxford: Berghahn, 2010.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The 'Anthropocene'. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, 2000.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Cultura e Barbárie. Desterro, Florianópolis: Instituto Socioambiental, 2014.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ERLL, A. Travelling Memory. *Parallax*, v. 17, n. 4, p. 4-18, 2011.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FUKUYAMA, F. *The End of History and The Last Man*. New York: Free Press, 1992.
- GUTMAN, Y. *et al*, eds. *Memory and the Future: Transnational politics, ethics and society*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- HALBWACHS, M. [1950] *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. *La mémoire collective*.
- HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making kin. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.
- HUYSSSEN, A. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford UP, 2003
- _____. Present pasts: Media, politics, amnesia. *Public Culture*, v. 12, n. 1, p. 21-38, 2000a.
- _____. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000b.
- JAMESON, F. *Archaeologies of the Future*. New York; London: Verso Books, 2005.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LATOUR, B. Anthropology at the time of the Anthropocene – a personal view of what is to be studied. American Association of Anthropologists, Washington, Dec. 2014 (draft for comments). Disp: <www.bruno-latour.fr/sites/default/files/139-AAA-Washington>. Arquivo em PDF
- _____. *An Inquiry into Modes of Existence: An Anthropology of the Moderns*. Trans. Catherine Porter. Cambridge, Mass.; London: Harvard UP, 2013a.
- _____. *Facing Gaia: six lectures on the political theology of nature. The Gifford Lectures on Natural Religion*. Edinburgh 18-28 Feb. 2013b. Disponível em: https://eportfolios.macaulay.cuny.edu/wakefield15/files/2015/01/LATOUR-GIFFORD-SIX-LECTURES_1.pdf>. Acesso em: 28 de agosto. 2020.
- _____. *Jamais fomos modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1994.
- NIXON, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, MA: Harvard UP, 2011. p. 39.

NORA, P. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, p.1-22. São Paulo, 1993. Original em francês *Les lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OELS, A. Rendering climate change governable: From biopower to advanced liberal government. *Journal of Environmental Policy & Planning*, v. 7, p. 185-207, 2005.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. *The Collapse of Western Civilization: A view from the future*. New York: Columbia UP, 2014.

_____. *Merchants of Doubt*. London; New York: Bloomsbury Publishing, 2011.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
<https://www.ecycle.com.br/1877ipcc.html#:~:text=Como%20o%20IPCC%20%C3%A9%20um,possuindo%20atualmente%20195%20pa%C3%ADses%20inscritos.> Acesso em: 17 de jul. 2020

POLLAK, M. Identidade e memória social. *Estudos Históricos*, v. 5 Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POWELL, J. Scientists Reach 100% Consensus on Anthropogenic Global Warming. *Bulletin of Science, Technology & Society*, v. 37, n. 4, p. 183-184, 2017.

SKEPTICAL SCIENCE. Disponível em: <https://www.skepticalscience.com/>. Acesso em: 28 de agost. 2020.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. Trad. Raquel Camargo e Stelio Marras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, 2018.

_____. *In Catastrophic Times: Resisting the Coming Barbarism*. Trans. Andrew Goffey. Open Humanities Press; Meson Press, 2015.

ZALASIEWICZ, J. *et al.* Are We Now Living in the Anthropocene? *GSA Today*, v. 18, n. 2, p. 4-8, Fev. 2008.